



Desempenho socioeconômico ambiental de comunidades internas às plantações agrícolas certificadas segundo as Normas da Rede de Agricultura Sustentável: Estudo de caso – Fazenda Recanto, Machado, Minas Gerais.

Socioeconomic and environmental performance of agricultural communities built to the plantations certified according to the standards of the Sustainable Agriculture Network: Case Study – Recanto Farm, Machado, Minas Gerais

Hélio César Silva de Oliveira – Dr. Comunicação e Semiótica

Allana Cardoso Bittencourt – Bacharel em Administração com Linha de Formação Específica em Gestão Ambiental

Viviane Pisano Motta – Bacharel em Administração com Linha de Formação Específica em Gestão Ambiental

Resumo

O artigo investiga a relação entre um empreendimento certificado pelo selo agrícola Rainforest Alliance Certified e a melhora na qualidade de vida dos colaboradores que habitam a fazenda. Na averiguação da hipótese de melhora na qualidade de vida após a certificação, o estudo analisa o modelo de certificação agrícola no que diz respeito ao atendimento das necessidades socioeconômicas ambientais da comunidade interna à Fazenda Recanto em Machado, Minas Gerais. A hipótese teórica baseia-se nos conceitos de Responsabilidade Socioambiental Empresarial e certificação, debatidos por autores como, Hasnas, (1998); Borges; Júnior V. (2006); Barbieri e Cajazeira (2009) e Laville (2009); que defendem em seus estudos o fato de que para incorporação efetiva da dimensão socioambiental ao processo de gestão empresarial é necessária a participação de todas as partes interessadas.

Os achados da pesquisa apontam que a certificação agrícola estudada é capaz de elevar o nível de qualidade de vida dos trabalhadores/moradores; contudo ainda encontra-se em um estágio inicial do desenvolvimento da Responsabilidade Sócio Empresarial.

Palavras-chave: Selo *Rainforest Alliance*, Comunidade Interna, Qualidade de Vida e Participação



Abstract:

The paper investigates the relationship between a business certified by the Rainforest Alliance Certified seal and the improvement in quality of life of people who live and work in the farm.

In verifying the hypothesis of improvement in life's quality after the certification, the research analyzed the model of agricultural certification and its relationship with the achievement of socioeconomic and environmental needs of the internal community of Recanto Farm in Machado, Minas Gerais.

The theoretical hypothesis lies on the concepts of Corporate Environmental Responsibility and certification, as discussed by authors like Hasnas, (1998); Borges Júnior V. (2006), Barbieri and Cajazeira (2009) and Laville (2009) who argue that, to aim an effective incorporation of the environmental dimension to the business management process, is required the participation of all stakeholders.

The research findings indicate that the studied Farm certification is able to raise the quality of workers/residents' lives, but is still at an initial stage of the development of Corporate Social Responsibility.

Keywords: Rainforest Alliance Seal, Community Affairs, Quality of Life and Participation

Endereço do autor principal

Rua Paris, 356, SP – SP CEP 01257-040

Introdução

Com o maior rigor da legislação ambiental e pressão social para um comportamento mais responsável, a dinâmica no ambiente dos negócios se altera. Isto é, os potenciais riscos e custos associados às penalidades administrativas e judiciais passaram a ser mais relevantes às corporações. No início da década de 70, surge nos Estados Unidos as primeiras experiências de auditoria ambiental (SALES, 2001). No intuito de evitar multas, indenizações e reparação de danos ecológicos, as organizações passaram a realizar tais auditorias como ação preventiva, dessa forma a disseminação e incorporação da prática entre as organizações de diferentes países teve caráter basicamente voluntário (JUNIOR, 2007).

No decorrer da década de 90 a cultura de auditorias ambientais foi se enraizando e com isso veio o desenvolvimento de modelos sistêmicos que serviram como ferramentas metodológicas para a prática da gestão ambiental nas organizações (JUNIOR, 2007). Auxiliando e direcionando a crescente fiscalização das organizações a respeito de suas práticas desde os anos 1990, tem-se valorizado e surgido novas certificações, que se configuram no cenário de Responsabilidade Sócio Empresarial (RSE) como importantes ferramentas de indicativo de uma gestão responsável.

Existem duas principais formas de certificação. Um delas é o modo compulsório, isto é, aquele regulamentado por lei ou portaria de um órgão regulamentador que prioriza as questões de segurança, saúde e meio ambiente, permitindo a comercialização apenas com a certificação dos produtos listados nas regulamentações (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2001). A outra é a certificação voluntária que, neste caso, não possui qualquer regulamentação de órgão oficial, é desenvolvida espontaneamente pela organização. Segundo Rossetto (2007) ela acaba por restringir a comercialização de produtos



de baixa qualidade, mostra o comprometimento da empresa com a qualidade nas suas diferentes esferas, gerando assim uma boa reputação para marca e se tornando uma eficiente ferramenta de marketing.

Barbieri (2006) aponta que a certificação voluntária se insere no debate da responsabilidade social e da gestão ambiental organizacional como importante ferramenta de controle e equilíbrio, uma vez que, pré determina que as ações e procedimentos sociais, que foram ou serão adotados, tenham uma gestão mais organizada e pontual dentro das organizações. Dessa forma é possível perceber a relação direta e a interdependência entre as certificações socioambientais, os conceitos e a cultura da Responsabilidade Sócio Empresarial.

Com o objetivo de investigar a relação entre os empreendimentos com certificação e a melhora na qualidade de vida dos colaboradores que trabalham em empresas certificadas o artigo analisa o modelo de gestão da propriedade agrícola Fazenda Recanto, localizada em Machado, Minas Gerais, certificada pelo selo Rainforest Alliance Certified, e os impactos na qualidade de vida dos trabalhadores que moram no local. A investigação se concentrou em avaliar o modelo da certificação agrícola baseado nas normas RAS (Rede de Agricultura Sustentável) no que diz respeito ao atendimento das necessidades socioeconômicas ambientais das comunidades internas à fazenda certificada Recanto. Para compreender este processo recorreu-se aos conceitos que envolvem o tema certificação ambiental inserido no debate sobre Responsabilidade Social Empresarial.

Como argumento central da hipótese de pesquisa, a fundamentação teórica foi de que para a incorporação efetiva da dimensão socioambiental ao processo de gestão empresarial é fundamental a participação de todas as partes interessadas no processo de desenvolvimento, implementação e controle dos processos produtivos.

A escolha por analisar um empreendimento agrícola, Fazenda Recanto, se deve pela importância do setor no ambiente econômico e socioambiental. O potencial agrícola brasileiro, a quantidade de pessoas atuantes nesse segmento, e as precárias condições de vida de grande parte dos trabalhadores rurais são fatores que revelam a relevância da pesquisa. No ano de 2007, o maior destaque de participação no PIB (Produto Interno Bruto) foi a agropecuária com 7,2% (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE, 2007). A grande participação, o forte efeito multiplicador da agroindústria no PIB, e o alto índice de exportações (BRAZIL BUSINESS, 2005) são indicadores da importância do setor no país, que até 2006, ocupava expressivos 329 941 393 ha do território nacional (IBGE, 2006).

A parte de toda a movimentação e estabilidade econômica trazida pelo setor de agronegócios é preciso que se considerem todos os danos socioambientais por ele causados e potencializados. Os sistemas agrícolas mais primitivos consomem muitos recursos naturais, provocando o desmatamento, perda de solos, redução da fertilidade natural, erosão, entre outros (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, s/d).

Apesar do número de população ativa no meio rural ter diminuído substancialmente nas últimas décadas devido ao êxodo rural (IBGE, 2000) a quantidade de pessoas relacionadas ao setor ainda é bastante elevada, dessa forma é preciso atentar para os problemas trazidos pela má gestão das lavouras. O emprego incorreto de agrotóxicos, maquinário e ferramentas e a falta de uso de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) podem acarretar em danos à saúde dos trabalhadores e da comunidade local, seja por doenças ocupacionais, acidentes no campo ou contaminações por produtos químicos, caracterizando riscos reais que precisam ser gerenciados.

Responsabilidade socioambiental e as certificações

Ao abordarem o conceito de Responsabilidade Social Empresarial – RSE, especialistas e teóricos como Hasnas, (1998); Borges; Júnior V. (2006); Barbieri e Cajazeira (2009); e Laville (2009) que discutem o tema da sustentabilidade socioambiental, recorrem principalmente aos conceitos da teoria dos acionistas, de todas as partes interessadas e do contrato social.



A teoria dos acionistas tem sua origem com a afirmação do economista Milton Fridemam de que a responsabilidade das organizações se restringe aos acionistas. Para este autor doações e contribuições com outras finalidades que não signifique maximizar o lucro dos acionistas seria considerado uso indevido dos recursos das organizações. Como apontam Barbieri e Cazajeira (2009) na sociedade pós industrial os conceitos da teoria dos acionistas tornam-se insuficientes para responder ao novo ambiente de negócios. Inicia-se então o debate sobre o conceito da teoria das partes interessadas na década de 1980. O conceito das partes interessadas com diversas definições tem como princípio básico a idéia de que as empresas se relacionam com vários grupos de interesse (político, governo, fornecedores, empregados, consumidores, grupos ativistas, etc.) sendo o desafio, atender as demandas dos diversos atores envolvidos.

Com a incorporação de novos valores por parte da sociedade, tais como valorização da qualidade de vida e do ser humano e preservação ambiental (TENÓRIO e NASCIMENTO, 2004), as empresas tem se adaptado a uma gestão cada vez mais abrangente, englobando os diferentes stakeholders envolvidos direta ou indiretamente em suas atividades. Segundo Barbieri e Cajazeira (2009) a gestão é realizada de acordo com o grau de interdependência entre os stakeholders e a empresa, dependendo do nível de relação e dependência entre ambos, muda a maneira como se dão as relações e as estratégias de influência em relação aos recursos da organização. A relação com as partes interessadas é de tamanha relevância que passou a ser considerada essencial para que haja faturamentos significativos e conseqüente sucesso das organizações (HASNAS, 1998).

A principal fragilidade e crítica a teoria das partes interessadas é a equidade de participação dos grupos de interesses. Surge então, mais recentemente, no debate da RSE a teoria do contrato social. Com o argumento central, no bem-estar social e justiça, a teoria do contrato social aposta na idéia de que por meio de um pacto social entre as instituições e o estado torna-se possível uma relação mais igualitária na relação de participação dos grupos de interesses na dinâmica da sociedade. A principal diferença em relação a teoria das partes interessadas é de que neste caso o princípio da diferença e da igualdade de oportunidade prevalecem.

No debate entorno das teorias dos acionistas, das partes interessadas e do contrato social como conceitos de responsabilidade social das organizações está longe de existir consenso e tem cada vez mais provocado tensões entre economistas e especialistas no assunto. Abramovay (2010) em um artigo recente intitulado “Responsabilidade socioambiental: as empresas no meio ambiente, o meio ambiente nas empresas” sistematiza o debate em torno da responsabilidade socioambiental empresarial e apresenta os argumentos das duas principais vertentes sobre o tema. Um primeiro grupo economistas como David Henderson, Anant K Sundaram e Andrew C. Inpek defendem a idéia de que o lucro é o indicador da contribuição da empresa para o bem-estar-social. E uma segunda vertente se exprime nas freqüentes denúncias de que a responsabilidade socioambiental não passa de propaganda enganosa. Para Abramovay, a dicotomia entre o papel do Estado e o do Mercado precisa ser revista, isto é, o funcionamento dos mercados é tributo da vida social.

Outro olhar crítico sobre a insuficiência da teoria das partes interessadas como forma de participação efetiva está presente nas análises de Flores (2009). Para o autor, este conceito tem sua origem no governo de Margareth Thatcher como proposta de política pública. Segundo o autor isto fez parte de sua estratégia de “capitalismo popular”, no contexto de uma visão individualista do social. Para Flores, o conceito das partes interessadas não dá conta da participação efetiva dos atores sociais, pois, os stakeholders estão atravessados por relações de poder, normalmente assimétricas e hierárquicas, e baseadas nas lógicas da dominação.

No Brasil a inserção da prática de responsabilidade social surge, principalmente, em 1996 com o trabalho desenvolvido pelo IBASE Instituto Brasileiro de Análises Sociais – em que lançou uma campanha convocando os empresários para um maior engajamento e uma maior participação na promoção de melhorias nas condições de vida da população e na superação da pobreza. Em seguida surgem outras associações empresariais tais como o GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas, O Instituto Ethos, o PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais, a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e o Conselho Empresarial Brasileiro

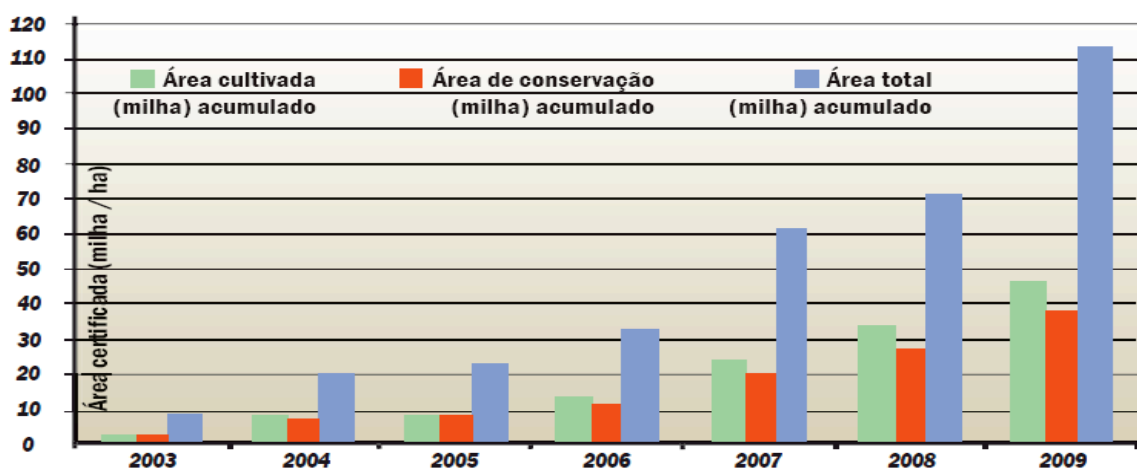


para o Desenvolvimento Sustentável. Finalmente, em 2010, com a participação do Brasil na organização, concluiu-se a construção da norma ISO 26000 – Norma de responsabilidade desenvolvida com um caráter multis-takeholder (com representantes de empresas, governos, trabalhadores, ONGs, consumidores e outros) e ampla participação de pessoas e organizações de todos os continentes (mais de 400 envolvidos) a norma ISO 26000 se propõe a ser a grande referência sobre responsabilidade social em todo o mundo. A norma não será certificável; apenas trará orientações para todas as organizações (não só empresas) a respeito de como devem assumir responsabilidade sobre os impactos de suas atividades e sobre seus relacionamentos na sociedade. A ISO 26000 define responsabilidade social como: “A responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente”.

Pelos benefícios que traz no que diz respeito a reconhecimento, melhoria de imagem e melhores condições de competição no mercado, um número cada vez maior de empresas vem investindo, espontaneamente, recursos no desenvolvimento social de seus funcionários e das comunidades nas quais estão inseridas. De acordo com Relatório de Práticas e Perspectivas da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil – 2008, divulgado em conjunto pelo Instituto Akatu e Instituto Ethos, de um total de 56 práticas avaliadas 50% das empresas pesquisadas afirmam exercer ao menos 22 delas, o que indica um aumento de quase 50% do envolvimento das empresas nos últimos quatro anos. Configura-se atualmente um mercado cada vez mais exigente e preocupado com a qualidade, confiabilidade, contaminação e assimetria de informações dos produtos que consomem e os seus conseqüentes danos a saúde, ao meio ambiente e à sociedade (CARVALHO et. al, 2009). Segundo pesquisa realizada pelo Penn Schoen e Berland Associates (PSB) 50% dos brasileiros entrevistados acham que ter uma classificação verde é de extrema importância para as características de uma empresa. Para a maioria dos brasileiros, meio ambiente é atualmente a questão mais importante da sociedade (IMAFLOA, 2009).

Existem hoje diferentes certificações de sistema de gestão que asseguram ao consumidor a qualidade sobre diferentes aspectos do produto, proporcionando, simultaneamente, às organizações todos os aspectos positivos trazidos pela certificação voluntária. Algumas das mais conhecidas no contexto de RSE são as Ambientais – ABNT NBR ISO 14001, a de Saúde e Segurança – OHSAS 18001, de Responsabilidade Social – ABNT NBR 16001 (ROSSETTO, 2007), e a emergente ISO 26000. Há ainda as certificações agrícolas de responsabilidade socioambiental que ganham cada vez mais visibilidade no Brasil. Segundo dados fornecidos pelo Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) o número de empreendimentos que contam com certificações agrícolas, concedidas pelo mesmo, aumentou de apenas um empreendimento certificado em 2003 para 100 até agosto de 2009 (IMAFLOA, 2009) (Gráfico 1).

Gráfico 1- Evolução Acumulada da Área Certificada



Fonte: Imaflora, 2009



As principais certificações voluntárias do meio rural que defendem tanto aspectos ambientais quanto sociais são o Certificado IBD/FOAM Accredited de produtos orgânicos destinados a alimentação e cosméticos, garantindo que foram produzidos respeitando o meio ambiente e o trabalhador e estão livres de contaminação química; o selo Fair Trade Brasil (comércio justo) significa que se levou em conta o bem-estar de trabalhadores e produtores rurais no cultivo do produto, além do pagamento justo de todos os envolvidos na produção; o selo FSC garante que produtos como papel, madeira e castanhas tenham vindo de áreas de reflorestamento ou de mata nativa com manejo controlado. A certificação UTZ Certified assegura a qualidade em todos os elos da cadeia produtiva, compreendendo requisitos como segurança alimentar, preservação ambiental, social e econômica (BERRY, 2009).

Dentre essas, há a certificação no qual o presente trabalho recorreu para a pesquisa, o Rainforest Alliance Certified, concedido através do Imaflora, organização brasileira sem fins lucrativos, que compreende atividades que vão desde o controle do uso de agrotóxicos até a relação com a comunidade vizinha. As propriedades por ele certificadas garantem ao consumidor que o produto foi cultivado respeitando práticas socioambientais, e por consequência a sustentabilidade local (IMAFLORA, s/d). Do ponto de vista do negócio a certificação possibilita uma diferenciação de mercado com maiores resultados financeiros para os produtores.

Com a intensificação do debate sobre RSE no ambiente dos negócios, o reconhecimento do agronegócio como setor de extrema importância econômica e estratégica para o país, e a pressão externa de compradores, fez com que esse segmento passasse também a preocupar-se e buscar atualizar-se em relação a questões socioambientais. A pressão imposta pelos compradores do agro-produto, especialmente os pertencente à União Européia, tem demandado dos produtores brasileiros e de empresas do agronegócio a revisão de suas práticas e prioridades. A cobrança vai além da legislação vigente, incorporar ações socioambientais responsáveis tem se tornado cada vez mais vital na proteção dos lucros e acesso a importantes mercados compradores (AGROAMBIENTE, 2009).

A relação entre as propriedades agrícolas e as populações rurais conta com um histórico de conflitos e diversos exemplos atuais de desrespeito a qualidade de vida e condições dignas de trabalho para os moradores do campo. A falta de instrução e equipamentos de proteção individual (EPIs) para a aplicação de agrotóxicos é recorrente em diversas regiões do país (DOMIGUES, et al. 2004); assim como a contaminação das comunidades vizinhas, ocasionada pelo descarte ou armazenamento inadequado de produtos tóxicos utilizados na lavoura (MOREIRA, et al. 2002).

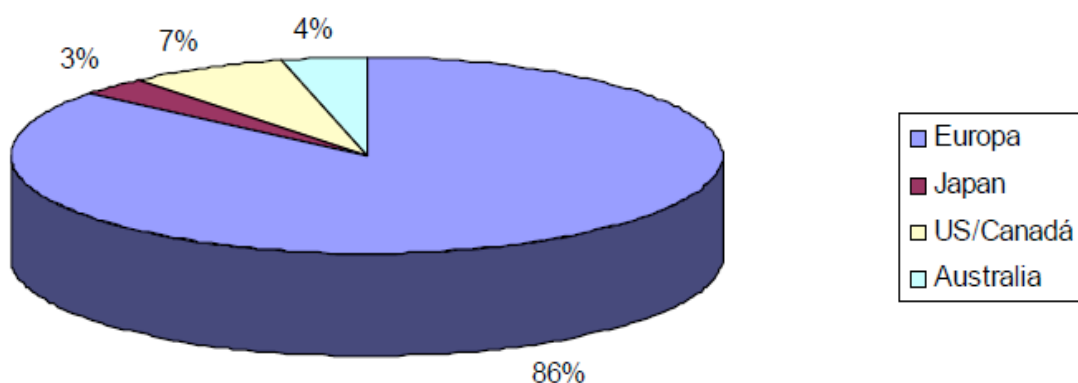
Os impactos são diversos passando desde pagamento injusto até alojamentos precários, sem condições de saneamento ou conforto¹, fazendo com que o trabalhador/morador da fazenda fique preso em um ciclo vicioso onde não consegue progredir ou melhorar sua qualidade de vida, sendo muitas vezes alheio aos seus direitos quanto ser humano e trabalhador. Dessa forma o selo Rainforest Alliance se propõe a defender o bem estar e a qualidade de vida do trabalhador/morador da fazenda certificada, trazendo em sua norma base (RAS) princípios e respectivos critérios, tais como Tratamento justo e boas condições de trabalho; Saúde e segurança no trabalho e Relações com as comunidades (NORMA PARA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL, 2009).

Além dos avanços promovidos para os envolvidos no processo de gestão responsável é importante destacar que o debate sobre Responsabilidade Socioambiental em empreendimentos agrícolas avança no sentido de se tornar uma oportunidade de negócio, garantindo e conquistando um mercado cada vez mais exigente. Por ser um produto bastante apreciado pela União Européia (Gráfico 2), mercado que demanda uma comprovada gestão socioambiental dos seus fornecedores, as fazendas de café são as que hoje mais procuram o selo Rainforest Alliance e as mais numerosas na lista de empreendimentos certificados pelo Imaflora.

1 Informação oral concedida durante entrevista com DA SILVA, Nobre Ana Cristina, responsável pela Área Social - Imaflora



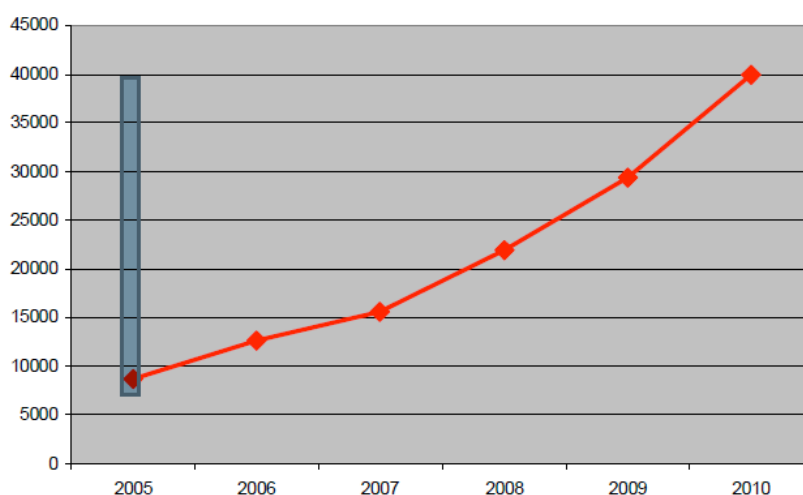
Gráfico 2 - Destino do café brasileiro produzido segundo a norma RAS (2008)



Fonte: RA Marktplace, 2008.

Segundo informações fornecidas por Cascalles (2010), responsável por projetos e mercados agrícolas do Imaflora, o número de hectares de café certificado pela norma RAS no Brasil mais do que quadruplicou do ano de 2005 até 2010 (Gráfico 3), mostrando um novo e acentuado interesse do mercado europeu que tem comprado a cada ano mais sacas desse tipo de produto (Gráfico 4).

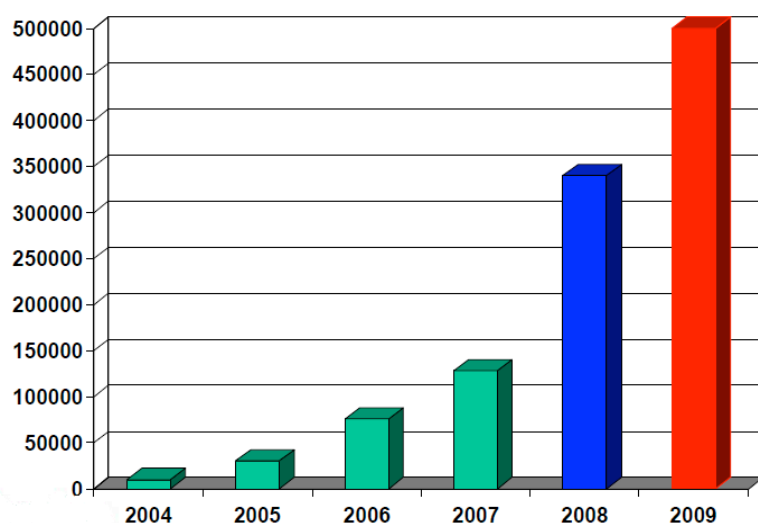
Gráfico 3 - Evolução do número de hectares de café certificado (RAS) no Brasil



Fonte: Imaflora, 2010.



Gráfico 4 - Número de sacas (60 kg) vendidas de café brasileiro certificado RAS



Fonte: Imaflora, 2009

Concluída a revisão bibliográfica e discutidos os conceitos de RSE o texto seguirá para a investigação da relação entre a certificação, da norma RAS, e melhora na qualidade de vida da comunidade da Fazenda Recanto.

O Caso da Fazenda Recanto

O estudo de caso trazido pela pesquisa foi o da fazenda Recanto, produtora de café certificado Rainforest Alliance. Localizada na cidade de Machado, região sul de Minas Gerais, atua no ramo de cafés finos destinados a exportação, conta com uma área de 137 hectares ocupados por cafezais e possui atualmente 70 funcionários fixos que em épocas de safra chegam a aproximadamente 140 com os temporários. Produtora de café a mais de 100 anos procurou a certificação agrícola por sugestão de um de seus maiores compradores que passou a exigir, além da qualidade do grão, a garantia de produção que incorpore práticas socioambientais em todas as etapas do processo de gestão.

Tendo em vista os princípios e critérios, trazidos pela Norma RAS, que incorporam tanto questões ambientais quanto sociais no processo de certificação, bem como o crescente interesse mercadológico que o selo Rainforest Alliance vem adquirindo realizou-se um estudo de caso a fim de possibilitar a verificação das diretrizes da certificação sendo colocadas em prática. Através de visitas, entrevistas e aplicação de questionários foi possível compreender o comprometimento da fazenda segundo o que é definido pela certificação e o nível de evolução que o empreendimento se encontra no que diz respeito a RSE.

Num primeiro momento foram realizadas entrevistas com técnicos, das áreas social, de mercado e administrativa do Imaflora com o objetivo de compreender a certificação e seu funcionamento bem como os principais problemas enfrentados e a forma como as práticas são avaliadas nas fazendas certificadas. Lá foram colhidas informações gerais sobre a fazenda Recanto que auxiliaram na elaboração dos questionários que foram aplicados durante a visita.

A fim de averiguar a participação dos diversos atores sociais no negócio da fazenda foram aplicados questionários específicos para cada uma delas. Na investigação sobre a melhora na qualidade de vida dos trabalhadores foram utilizados os conceitos desenvolvidos por Barreto et al. (2005), que englobam em suas questões uma lista de variáveis, considerando aspectos econômico-sociais, ambien-



tais e de capital social. Aplicadas diretamente aos trabalhadores que residem na fazenda Recanto, trouxeram resultados sobre saúde, educação, habitacional, condições sanitárias e higiene, econômico, lazer.

Para a administração da fazenda, os proprietários e a consultora, foi aplicado um questionário baseado nos Indicadores Ethos – SEBRAE de Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas (2007) que visou avaliar o nível de participação das partes interessadas na gestão da fazenda, e outro para compreender as mudanças na qualidade de vida dos trabalhadores/moradores depois da certificação. Composto por questões fechadas avaliou diversos indicadores e a importância dada pela fazenda a eles, tais como: balanço social; cuidados com a saúde, segurança e condições de trabalho; benefícios adicionais; relação com o sindicato; educação e conscientização ambiental; critérios de seleção e avaliação de fornecedores; atendimento, dúvidas, sugestões e reclamações; e gerenciamento do impacto da fazenda na comunidade do entorno.

Com o objetivo de investigar as vozes dos demais atores envolvidos na gestão do negócio, o mesmo questionário baseado nos Indicadores Ethos (2007) foi adaptado e aplicado ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Assalariados e Agricultores Familiares do município de Machado e Carvanópolis e ao coordenador técnico da cooperativa COOPLAN que é fornecedora de equipamentos, produtos agrícolas e serviços técnicos da fazenda Recanto.

Todos os questionários aplicados foram subsidiados por perguntas abertas que visaram traçar um perfil geral de cada uma das partes interessadas e complementar informações obtidas através do questionário fechado baseado nos Indicadores Ethos (2007), além de visita e observação da estrutura e funcionamento da fazenda e de seus documentos administrativos e também as entrevistas que ocorrem num primeiro momento com técnicos do Imaflora.

Análise dos Resultados

Os questionários aplicados apontaram resultados para os dois eixos de investigação da pesquisa. O que foi baseado no elaborado por Barreto et al. (2005) apontou objetivamente a melhora na qualidade de vida dos moradores/trabalhadores da fazenda Recanto após a certificação e a consciência que essa comunidade tem sobre a sua própria realidade. Os questionários baseados nos Indicadores Ethos, que foram aplicados tanto para a administração da fazenda (proprietários e consultora) como para os stakeholders (sindicato dos trabalhadores e cooperativa fornecedora de produtos e serviços - COOPLAN) subsidiaram a investigação sobre o modelo de gestão no que diz respeito à participação das partes interessadas.

Análise da Qualidade de Vida do Trabalhadores/Moradores da Fazenda Recanto

O número de trabalhadores presentes na fazenda Recanto varia durante o ano. Na época de safra são aproximadamente 140 colhedores de café parte vindos da Bahia e Paraná, que se hospedam em alojamentos localizados na própria fazenda, uma vez que a mão de obra da região não é capaz de absorver a quantidade de serviço que surge nessa época do ano. Durante o restante dos meses, inclusive na entressafra o número de colhedores cai para 70, uma parte deles reside na cidade de Machado e conta com transporte próprio da fazenda Recanto para ir e vir da lavoura para a cidade, outras 10 famílias moram em casas construídas dentro da propriedade.

O questionário aplicado aos trabalhadores/moradores compreendeu o conceito de qualidade de vida com base nos aspectos trazidos pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que considera o grau de evolução de dada comunidade a partir da avaliação da educação, renda e expec-



tativa de vida do local. O referido questionário decorre do entendimento de que para averiguar os diferentes indicadores de qualidade de vida desses moradores fez-se necessário considerar aspectos mais abrangentes do que os tomados pelo IDH (BARRETO et al. 2005). Dessa forma, foram aplicados uma série de indicadores que trazem aspectos importantes para a avaliação da fazenda Recanto.

No Indicador de Saúde constatou-se que apesar de não haver serviço médico fixo na fazenda, ou atendimento por agente de saúde os trabalhadores se sentem seguros no que diz respeito ao atendimento de primeiro socorros, há a capacitação de um grupo de pessoas para esse tipo de conhecimento além de um sistema de comunicação rápida, caso alguém necessite de socorro.

Quanto ao Indicador de Educação os trabalhadores/moradores questionários disseram não ter problemas no acesso de seus filhos a educação. Não há escola interna a fazenda, porém a administração facilita o transporte que é oferecido duas vezes por dia para as escolas mais próximas a propriedade.

Segundo dados da pesquisa o Indicador Habitacional é o mais desenvolvido em comparação a outras fazendas da região que não contam com o selo Rainforest Alliance. Na fazenda Recanto são oferecidas habitações construídas com bloco, reboco, piso e iluminação elétrica, cabendo a cada um dos moradores zelar por ela e pela sua manutenção. São permitidos os cultivos de hortaliças, verduras e os animais de criação. O novo assentamento, ainda em construção, terá boa ventilação, número de banheiros compatível com a quantidade de moradores, espaço bem planejado e dividido para acomodar cada um dos trabalhadores temporários que lá habitam por cerca de 6 meses.

No Indicador de Condições Sanitárias e de Higiene observou-se que o esgotamento doméstico antes destinado a fossas negras, no processo de certificação, passou a ser direcionado a fossas sépticas que realizam a depuração do material evitando a contaminação do solo ou lençóis freáticos. Dos trabalhadores entrevistados 80% afirmaram filtrar a água antes de consumi-la, a água para consumo humano vem das próprias minas que existem dentro da propriedade, sendo que são realizados testes periódicos de qualidade de água, onde se verifica sua potabilidade. Os resíduos domiciliares por sua vez são separados e destinados para reciclagem.

As respostas obtidas para o Indicador de Lazer mostram que a fazenda dispõe apenas de um dos itens de infraestrutura para lazer apresentada pelo questionário, o televisor que se encontra no refeitório, e que os trabalhadores adquirem para suas residências por conta própria, sem poder contar com campos de futebol ou salões de festa.

O Indicador Econômico demonstra que a fazenda paga e oferece os benefícios trabalhistas de forma justa aos seus funcionários.

Observou-se, que os trabalhadores/moradores que foram questionados a cerca da qualidade de vida proporcionada pelo empreendimento, se mostraram extremamente coerentes entre si e em comparação as perguntas feitas à administração, mostrando domínio sobre sua própria realidade, sendo capazes de explicar em detalhes os processos e práticas questionadas.

Análise da Participação das Partes Interessadas no Processo de Gestão da Fazenda Recanto

A fim de possibilitar uma melhor análise dos dados obtidos com a aplicação dos questionários elaborou-se uma tabela que divide cada um dos indicadores avaliados e expõe as perguntas que os compunham mostrando as respostas dadas por cada um dos stakeholders questionados.

A tabulação cruzada possibilita confrontar os dados e produzir considerações a respeito, principalmente, das questões que apresentam divergência de respostas. Segue abaixo as tabulações realizadas com o questionário fundamentado nos Indicadores Ethos – SEBRAE de Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas (2007) aplicado a



administração da fazenda Recanto, ao Coordenador Técnico da COOPLAN e ao Presidente do Sindicato.

Legenda das Tabelas				
FORN. PROD. SERV. =				
Fornecedora de Produtos e Serviços				
S = Sim				
N = Não				
GP = Grande parte				
EP = Em partes				
NS = Não soube responder				

I) Indicador: Balanço Social

	FORN. PROD.		
	FAZENDA	SERV.	SINDICATO
A empresa tem informações sobre balanço social? A fazenda acredita que o balanço social pode ajudá-la a medir o impacto de suas operações sobre as pessoas e o meio ambiente e a divulgar seus compromissos futuros em relação a esses temas?	S	EP	NS
A fazenda elabora balanço social? A fazenda divulga seu balanço social em murais, locais de grande circulação, jornal regional e etc. para:	S	N	NS
Público interno?	S	N	NS
Seus consumidores e clientes?	S	NS	N
Seus fornecedores?	S	NS	NS
A comunidade do entorno?	S	NS	N

Nas respostas relativas ao Índice de Balanço Social notou-se que enquanto a fazenda afirma ter um controle efetivo sobre seu balanço social o fornecedor de produtos e serviços e o sindicato, demonstra ter poucas informações a esse respeito, o que evidencia uma falha na transmissão das mesmas para as partes interessadas. Percebeu-se que os conhecimentos técnicos e o conceito em si sobre o que é de fato um balanço social não são detidos pelos stakeholders externos entrevistados.

Apesar de ficar clara, no momento da pesquisa, a pouca participação e interesse do sindicato nos assuntos relativos a fazenda, é possível observar que falta proatividade por parte do empreendimento certificado que poderia se manifestar entre esses atores a fim de chamá-los para a gestão interna. Segundo Cordioli (2001) o envolvimento de todas as partes interessadas é problemático, seja por resistência externa, pela falta de estrutura ou de métodos participativos é preciso que haja ferramentas que encorajem a participação nos processos de decisão e a troca de experiências dos stakeholders com a organização.

II) Indicador: Critérios de seleção e avaliação de fornecedores

	FORN. PROD.		
	FAZENDA	SERV.	SINDICATO
Para contratar um fornecedor a fazenda avalia se ele mantém práticas de responsabilidade social?	S	N	S
Verifica se atendem a legislação trabalhista?	S	S	S
Verifica se atendem a legislação ambiental?	S	S	NS
Procura saber quais os princípios seguidos pelos seus fornecedores?	S	S	NS



Especificamente tratando dos fornecedores tal indicador averigua se a fazenda se importa com as práticas de seus fornecedores e divulga o fato para seus stakeholders. Diante das respostas obtidas e dos documentos aos quais o acesso foi permitido, é possível observar a real averiguação da responsabilidade dos fornecedores que tem que atender uma lista de requisitos de responsabilidade socioambiental antes de firmar contrato com a fazenda. A incorporação das práticas dos fornecedores se mostra relevante num processo de gestão responsável, uma vez que serve como ferramenta de cobrança para a implementação de normas de respeito ao consumidor e aos seus dependentes, (NETO E FROES, 2002) fazendo com que a RSE da fazenda Recanto seja mais abrangente. Os conhecimentos dos outros stakeholders envolvidos, inclusive o da cooperativa que é distribuidora de tais fornecedores mostram, entretanto, que a comunicação de tal ação não é efetiva.

III) Indicador: Atendimento

	FORN. PROD.		
	FAZENDA	SERV.	SINDICATO
A fazenda possui canal formal de comunicação com seus clientes, vizinhos e trabalhadores, como caixa de sugestões, email ou telefone formal para tal finalidade?	S	S	GP
A fazenda sempre disponibiliza informações claras sobre como entrar em contato com ela?	S	S	S

IV) Indicador: Dúvidas, sugestões e reclamações

	FORN. PROD.		
	FAZENDA	SERV.	SINDICATO
A fazenda analisa dúvidas, sugestões e reclamações recebidas e as utiliza como instrumento para aperfeiçoar suas atividades?	S	NS	S
Cria formulários para documentar as informações?	S	NS	NS
Analisa melhorias que possam ser implantadas?	S	NS	NS
Responde e esclarece dúvidas que são encaminhadas?	S	NS	NS
Estipula metas e prazos para solucionar os problemas apontados?	S	NS	NS

A postura aberta é um importante indicador de que a fazenda está disposta a atender, considerar e prestar satisfações para qualquer interessada em sua gestão. A resposta de todos interessadas em relação à disponibilização de um meio de comunicação dinâmico e transparente mostra que o empreendimento não está fechado a diálogos com as partes interessadas em seu negócio.

A fazenda afirma fornecer documentos e informações sempre que solicitados, porém em um sistema participativo é preciso que haja o envolvimento real de cada grupo nas atividades, as decisões são tomadas coletivamente onde o próprio grupo de partes interessadas estabelece as normas para gestão e controle (CORDIOLI, 2001), nesse sentido falta iniciativa da fazenda em demonstrar informações e documentos mesmo quando não é requisitada.



V) Gerenciamento do impacto da fazenda na comunidade do entorno

	FAZENDA	FORN. PROD. SERV.	SINDICATO
A fazenda se preocupa de estar em contato com a comunidade do entorno, procurando minimizar os impactos negativos que suas atividades possam causar?	S	S	S
Realiza pesquisas com a comunidade do entorno para prevenir ou levantar possíveis problemas causados por sua atuação?	S	NS	NS
Convida moradores da região para participar de reuniões que abordem temas de interesse coletivo?	S	NS	S
Compra produtos ou contrata serviço de empreendedores do entorno?	S	S	S
Contrata trabalhadores que vivem nas proximidades?	S	S	S

Segundo informações colhidas a comunidade vizinha ao empreendimento certificado é bastante proativa no que diz respeito a buscar informações e requisitar conhecimentos detidos pela fazenda Recanto mostrando um alto índice de respostas positivas quanto ao relacionamento com a comunidade do entorno. O empreendimento por sua vez tem a prática de dialogar com os vizinhos e incorporando-os as suas atividades a fim de evitar impactos, já que depois dos funcionários e moradores eles são os que sofrem diretamente influencia da fazenda.

Segundo Oakley, Claytone (2003) a participação dos menos privilegiados implica no envolvimento das negociações, no controle e na garantia das organizações que afetam suas vidas. Todos se tornam partes interessadas da fazenda Recanto ou de qualquer outra organização uma vez que essas têm influência direta e indireta nas questões socioambientais e no desenvolvimento sustentável.



Considerações Finais

A fim de averiguar se os resultados obtidos, através dos critérios trazidos pela certificação Rainforest Alliance, atendem de modo satisfatório as necessidades socioeconômicas ambientais das comunidades internas as propriedades agrícolas que possuem o selo, realizou-se uma pesquisa como os trabalhadores/moradores da fazenda recanto, produtora de café certificado localizada em Machado, Minas Gerais.

Com base na hipótese teórica defendida pelos diversos autores trazidos pelo estudo, de que para que haja uma incorporação efetiva da dimensão socioambiental ao processo de gestão empresarial é necessária a participação de todas as partes interessadas, os achados da pesquisa apontam que a certificação agrícola estudada é capaz de elevar o nível de qualidade de vida dos moradores da propriedade, porém no que diz respeito à incorporação dos outros stakeholders requer maior proatividade dos empreendimentos em chamar os outros atores para a gestão interna.

O questionário aplicado aos trabalhadores da fazenda Recanto – baseado no Índice de Sustentabilidade (BARRETO, 2009) – apresentou constatações que confirmam a eficácia da certificação no que diz respeito ao desenvolvimento humano dos trabalhadores que também habitam a fazenda. Os indicadores avaliados mostram que os trabalhadores têm acesso facilitado a saúde, educação, condições sanitárias e de higiene, as moradias apresentam plenas condições de conforto bem como o atendimento satisfatório do fator econômico, que provoca uma baixa procura pelo sindicato.

A incorporação dos fatores defendidos pelo IDH (com exceção da expectativa de vida) e a ampliação dos conceitos por ele trazidos mostra que a certificação Rainforest Alliance, no caso da fazenda Recanto, proporciona uma melhor qualidade de vida para a comunidade interna, bem como possibilita a tomada de consciência sobre a própria realidade.

Os questionários aplicados que visam verificar o nível de participação dos stakeholders no processo de gestão da fazenda, mostra a falta de conhecimento a cerca dos processos internos do empreendimento. A falta de respostas consistentes dadas tanto pelo sindicato como pela COOPLAN evidencia a falha na comunicação e na participação efetiva dos atores externos ao empreendimento. Apesar de estar sempre aberta para sugestões, questionamentos e demandas a fazenda recanto ainda se encontra no estágio inicial da RSE.

Os conceitos desenvolvidos por Laville (2009) e as observações feitas durante o estudo mostram que a fazenda Recanto se encontra entre a 1ª e a 2ª fase da Responsabilidade Sócio Empresarial, quando as organizações tomam consciência que não podem usufruir de um meio ambiente natural e social em decadência (1ª fase) e quando há o comprometimento de conduta, o firmamento de documentos que definem metas de mudança das práticas internas (2ª fase). Porém ainda não alcançou a 3ª fase, onde vai além das práticas institucionais, inserindo o desenvolvimento sustentável em sua missão, visão e no serviço ou no produto em si. Para que haja a incorporação efetiva da RSE é ainda necessária a participação de todos os stakeholders no processo de gestão (BARRETO e CAJAZEIRA, 2009; HASNAS; BORGES; JÚNIOR V. (2006)).

Para se avançar para a 3ª fase de RSE o estudo sugere que a fazenda Recanto desenvolva estratégias para envolver os atores externos na gestão do empreendimento, mesmo que não haja a demanda por parte deles, pois este é um dos princípios da RSE. É importante ressaltar que por se tratar de um empreendimento familiar e de pequeno porte as dificuldade financeiras e de estrutura organizacional são elementos limitadores para um maior avanço na RSE. Desta forma, a pesquisa sugere a continuidade da investigação em outros empreendimentos de maior porte que possibilite um aprofundamento da análise da relação entre melhora na qualidade de vida dos colaboradores e da comunidade local e a oportunidade de negócio para o empreendimento com a certificação.



Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Responsabilidade socioambiental**: as empresas no meio ambiente, o meio ambiente nas empresas. Em: J. E. da VEIGA (org), Economia Socioambiental. São Paulo: SENAC, 2010.

AGROAMBIENTE. **Agronegócio e Responsabilidade social**. Disponível em: <http://www.icv.org.br/o_que_fazemos/governanca_florestal/agronegocio_e_responsabilidade_social.icv> Acesso em: 28 Ago. 2010.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial**: Conceitos, Modelos e Instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARBIERI, J.C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: da teoria à prática. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

BARRETO, R. C. S.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. **Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia – CE**. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v.43, n.2, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext%26pid_%3DS0103003_2_005000200002+Barreto+%C3%8Dndice+de+Sustentabilidade+%E2%80%93+IS.&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 20 Abr. 2010

BERRY, SIAN. **Consumir Sem Descuidar Do Meio Ambiente**. São Paulo: Editora Publifolha, 1º Ed., 2009.

BORGES, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade corporativa: a dimensão ética, social e ambiental na gestão das organizações**. Em: A. V. JUNIOR e J. DEMAJOROVIC (org), Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental: desafios e perspectivas para as organizações. São Paulo: SENAC, 2006.

BRAZIL. RU **Agricultura no Brasil**, 2005. Disponível em: <http://www.brazil.ru/pt/business/agriculture>. Acesso em 28 Ago. 2010

CARVALHO, Yara Maria Chagas, et al. **Mudança tecnológica na produção agrícola de área de manancial através da criação de um selo ambiental na Sub-bacia Hidrográfica do Alto Tietê Cabeceiras**. Em: J. E. da VEIGA (org), Economia Socioambiental. São Paulo: Editora SENAC, 2009

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Diferença entre certificação compulsória e certificação voluntária**. Disponível em: <<http://www.normalizacao.cni.org.br/perguntas.htm>> Acesso: 20 Abr. 2010



CORDIOLI, Sérgio. **Enfoque Participativo – Um processo de mudança**, Gênesis, Porto Alegre, 2001.

DOMINGUES, Mara Regina; et. al. **Agrotóxicos: Riscos à Saúde do Trabalhador Rural**. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminabio/article/view/3625/0>> Acesso em: 28 Ago. 2010.

EMPRESA BRSILEIRA DE PESQUISA AGROPECURÁRIA – EMBRAPA. **Impacto Ambiental das Atividades Agrícolas**. Disponível em: <<http://www.cana.cnpm.embrapa.br/espec.html>> Acesso em: 15 Abr. 2010

FLORES, C. C. **Conflitos, poder e tecnologias de consenso**. Em: R. P. Jacobi; A. P. Sinisgalli (orgs), Dimensões político institucionais da governança da água na América Latina e Europa. São Paulo, Ed. Annablume, 2009.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE, 2007. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/pib/pdfs/pib_analise_2007.pdf. Acesso em 07 Abr. 2010.

HASNAS, John. **The normative theories of business ethics: A guide for the perplexed**
Jornal: Business Ethisc Quarterly, volume 8, ISSUE 1. ISSN 1052-150x. pp. 19-42

INDICADORES ETHOS; SEBRAE. **Indicadores Ethos – SEBRAE de responsabilidade social empresarial para micro e pequenas empresas**. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/default.asp> Acesso: 06 Ago. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Áreas territoriais e as de estabelecimentos agropecuários de terras indígenas e de unidades de conservação, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Censo Agropecuário, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/tab_brasil/tab6.pdf> Acesso em: 18 Abr. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores do PIB: Resultados do 1º trimestre de 2009**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val_200901comentarios.pdf> Acesso em: 20 Abr. 2010

IMAFLORA-INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL AGRÍCOLA. **Imaflora**. Slide Shared, 2009. 55 dispositivos.



Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ScG_mbg5qVUJ:www.slideshare.net/pereiracafes/imaflora+preferencia+por+propriedades+agricolas+certificadas&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 01 de Jun. 2010

JUNIOR, Alcir Vilela. **Auditoria Ambiental: uma visão crítica da evolução e dos aspectos da ferramenta.** Em: A. V. JUNIOR e J. DEMAJOROVIC, Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental: desafios e perspectivas para as organizações. São Paulo: SENAC, 2006.

LAVILLE, Elizabeth. **A empresa Verde.** 1ª ed. São Paulo. Editora Õte, 2009. 408 p.

MOREIRA, J. C; JACOB, S. C et. al. **Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo, RJ.** Revista Ciência Saúde Coletiva, vol. 7, nº 2. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000200010> Acesso em: 28 Ago. 2010.

NBR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ROSSETO, Paulo R.**

Slide Share, 2007. 30 dispositivos. Disponível em: http://www.inp.org.br/pt/downloads/abnt_paulo_rosseto.pdf. Acesso em: 21 Ago. 2010

NETO, Francisco Paulo de Melo; FROES, César. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial: A Administração do Terceiro Setor.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

OAKLEY, P.; CLAYTON, A. **Monitoramento e avaliação do empoderamento.** Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo: Instituto Pólis, 2003.

SALES, Rodrigo. **Auditoria Ambiental - Aspectos Jurídicos.** São Paulo: LTR, 2001.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; NASCIMENTO, Fabiano Christian Pucci do; Fundação Getulio Vargas. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática.** 2ª ed. Rio de Janeiro (RJ): 2006 Ed. da FGV.